

Cicloturismo em Unidades de Conservação: o Caso de Sucesso Rota da Baleia Franca (SC)

Bicycle Tourism in Conservation Units: the Success Story Rota da Baleia Franca (SC)

Marcos Abilio Bosquetti

Professor no Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, Brasil

E-mail: marcos.bosquetti@ufsc.br

Artigo recebido em: 01-04-2022
Artigo aprovado em: 12-10-2022

RESUMO

As belezas naturais da Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca no litoral sul de Santa Catarina são, ao mesmo tempo, a principal atração turística e o recurso mais impactado pelo turismo tradicional. Nesse contexto, o cicloturismo, com seu ritmo mais lento e contemplativo, surge como uma alternativa de turismo sustentável em Unidade de Conservação (UC). Este artigo apresenta uma pesquisa qualitativa em forma de estudo de caso do Programa de Cicloturismo Rota da Baleia Franca, uma iniciativa pioneira no Brasil desenvolvida em uma das principais UCs da costa brasileira. A pesquisa tinha como objetivo investigar as contribuições do programa de cicloturismo para o território e os desafios envolvidos na sua implementação. Para tanto, foram realizadas entrevistas abertas com os stakeholders, condução de um grupo focal de pesquisa com cicloturistas que participaram do Programa, registros da observação participante e revisão bibliográfica e documental. Os resultados empíricos demonstram que o Programa de Cicloturismo Rota da Baleia Franca contribui para o desenvolvimento socioeconômico do território, reduz os efeitos da sazonalidade do turismo de veraneio gerando receita para os pequenos negócios na baixa temporada e promove a valorização e conservação do patrimônio natural e cultural da APA da Baleia Franca. A pesquisa discute as oportunidades e desafios envolvidos no desenvolvimento do cicloturismo em UCs e sugere estudos sobre este tema emergente e promissor da área de turismo.

Palavras-chave: Turismo de Bicicleta. Unidade de Conservação. Uso Sustentável

ABSTRACT

The natural beauties of the Environmental Protection Area (in Brazilian Portuguese Área de Proteção Ambiental - APA) like the APA da Baleia Franca on the southern coast of Santa Catarina State, Brazil are at the same time the main tourist attraction, and the resources most impacted by tourism. However, with its slower and contemplative pace, bicycle tourism emerges as alternative activity in natural conservation units (Unidades de Conservação - UC). This article carried out qualitative research in the form of a case study of the bicycle tourism program Rota da Baleia Franca, a pioneering initiative in Brazil developed in one of the main APA on the Brazilian coast. This research aimed to investigate the contributions of the bicycle tourism program to the APA and the challenges involved in its implementation. To this aim, open interviews with stakeholders of the Program, focus group research with bicycle tourists participating in the Program, fieldnotes of participant observation, and literature review were conducted. The empirical results show that the bicycle tourism program "Rota da Baleia Franca" contributes to the territory's socioeconomic development, reduces the summer tourism seasonality effects, and promotes the conservation of its natural and cultural heritage. The research discusses the opportunities and threats to the development of bicycle tourism in UC and suggests studies on this emerging and promising tourism research topic.

Keywords: Bicycle Tourism. Environmental Protection Areas. Sustainability.

1. INTRODUÇÃO

A Baleia Franca Austral (*Eubalaena australis*) faz parte da lista nacional de espécies ameaçadas de extinção (ICMBio, 2018a). Esta espécie se reproduz na costa brasileira e permanece longos períodos bem próxima da arrebentação das ondas, perto da praia e costões, podendo ser vista durante os meses de junho a novembro na Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca, berçário natural desses mamíferos (Instituto Australis, 2021a).

A APA da Baleia Franca abrange nove municípios, desde o sul da ilha de Florianópolis até o Balneário Rincão, envolvendo praticamente todo o litoral sul de Santa Catarina. É um território de grande complexidade e fragilidade ambiental (ICMBio, 2018b) e, ao mesmo tempo, um importante destino turístico para a economia local (SANTUR, 2020). Neste contexto, o cicloturismo surge como uma alternativa sustentável de turismo em UCs por ser uma atividade turística de menor impacto ambiental e maior contribuição para a economia local do que o turismo tradicional (Beni, 2004; Dickinson, Lumsdon & Robbins, 2011).

O cicloturismo está em franca expansão em todo o mundo e poderá se tornar uma das principais formas de turismo (ECF, 2018; Han, Lho, Al-Ansi & Yu, 2020). O Brasil, apesar do seu considerável potencial para o desenvolvimento do cicloturismo, ainda carece de estudos exploratórios e descritivos para maior compreensão deste fenômeno no contexto brasileiro (Saldanha, 2017; Castro, 2018; Falbo, Edra & Teixeira, 2019; Teixeira & Edra, 2021).

Os 12 anos do Programa de Cicloturismo Rota da Baleia Franca, idealizado e operado pela Caminhos do Sertão, agência especializada em cicloturismo, demonstram que o cicloturismo pode ser uma alternativa ao turismo rápido, ostensivo e predatório em territórios de maior fragilidade ambiental como a APA da Baleia Franca.

Este artigo tem como objetivo: ampliar o conhecimento sobre cicloturismo em UC; registrar um caso de sucesso pioneiro na implantação desta atividade turística em uma das principais APAs da costa brasileira; discutir as contribuições do Programa de Cicloturismo para o território e os principais desafios envolvidos no desenvolvimento do cicloturismo em UCs.

Espera-se que este estudo de caso possa ser útil nas reflexões dos conselhos gestores das UCs, poder público, agências de cicloturismo, conselhos municipais de turismo e comunidades locais no que tange a oferta desta atividade turística em UCs, ao tempo em que

contribuiu para a construção do conhecimento sobre este tema emergente de pesquisa na área de turismo.

2. CICLOTURISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Nas três últimas décadas, o turismo se tornou uma das atividades econômicas com os maiores índices de crescimento em todo o mundo (UNWTO, 2021) e está presente nos territórios mais remotos do planeta (Goodwin, 2016). O discurso de desenvolvimento turístico enfatizando apenas o seu aspecto econômico tem tornado o turismo uma ameaça para os recursos naturais e culturais dos destinos turísticos (Dodds & Butler, 2019).

A crise climática e os efeitos negativos do turismo rápido, ostensivo e predatório têm alavancado alternativas de turismo mais sustentável (Agustin & Heredina, 2014; Dodds & Butler, 2019), geralmente ofertadas por novos entrantes que passam a fazer parte da complexa rede de *stakeholders* do setor de turismo (Byrd, 2007; Volgger & Pechlaner, 2015). Dentre essas alternativas encontra-se o turismo de bicicleta ou cicloturismo, considerado uma forma de turismo sustentável (Meschik, 2012; Weston & Mota, 2012; Lamont, 2014; Gazzola, Pavioni, Grechi & Ossola, 2018).

Existem várias definições para o termo turismo de bicicleta (*bicycle tourism*). Segundo Lamont (2009), essas diferentes definições reúnem seis características: “(1) a experiência ciclística ocorre fora da região de residência do cicloturista; (2) pode se estender por um ou vários dias; (3) não deve ser de natureza competitiva; (4) a experiência ciclística é o principal objetivo da viagem; (5) a participação do cicloturista ocorre de forma ativa; e (6) deve ser uma forma de recreação ou lazer” (p. 11). O autor sugere a ampliação da relação entre ciclismo e turismo incluindo neste segmento as pessoas que viajam para participar de forma ativa em ciclismo competitivo ou passiva como espectador de eventos de ciclismo (Lamont, 2009, p. 20).

Teixeira & Edra (2020) definem cicloturismo como uma “atividade turística, na qual o turista opta como meio de transporte a bicicleta ou o triciclo, podendo ocorrer nas cidades ou entre as cidades, com duração de parte do dia ou vários dias consecutivos ou não” (p. 329). As autoras observam que, na literatura estrangeira, são utilizados os termos “*bicycle tourism*” e “*cycle tourism*” enquanto no Brasil os autores utilizam apenas o termo “cicloturismo” para se referirem ao turismo de bicicleta (Teixeira & Edra, 2020 p. 318). Esta definição do termo cicloturismo é a adotada no presente artigo por englobar as seis características observadas por Lamont (2009) e por ter sido elaborada a partir do estudo da origem do conceito e de sua

utilização no contexto brasileiro.

A pesquisa nacional conduzida por Saldanha, Souza, Castro & Balassiano (2019) revelou que a busca de maior interação com a natureza e cultura local estão entre as principais motivações dos brasileiros para a prática do cicloturismo. Resultado similar também foi encontrado na pesquisa de Sartori (2021) realizada em Santa Catarina.

O ritmo contemplativo do cicloturismo possibilita maior conexão com o território (Reid, 2017; Kline, 2017; Popan, 2020) e maior interação social, proporcionando aos cicloturistas a oportunidade de desfrutar da viagem tanto quanto do destino (Weston & Mota, 2012) e de acessar recursos naturais e culturais do território, geralmente negligenciados pelo turismo tradicional (Maggi, Ossola, Grechi & Crotti, 2021). A crescente disponibilidade de bicicletas elétricas com pedal assistido (*e-bikes*) e de sistemas de compartilhamento de bicicletas (Chen & Huang, 2021) torna o cicloturismo acessível a pessoas de diferentes idades, níveis de aptidão e experiência (Cairns, Behrendt, Raffo, Beaumont & Kiefer, 2017).

O cicloturismo está alinhado com a filosofia *slow tourism* que valoriza a experiência da viagem, priorizando qualidade ao invés de quantidade (Dickinson et al, 2011) e pode ser um importante aliado nos esforços para a preservação ambiental e desenvolvimento territorial dos destinos turísticos (Lamont, 2014; ECF, 2018; EuroVelo, 2021; Maggi et al., 2021).

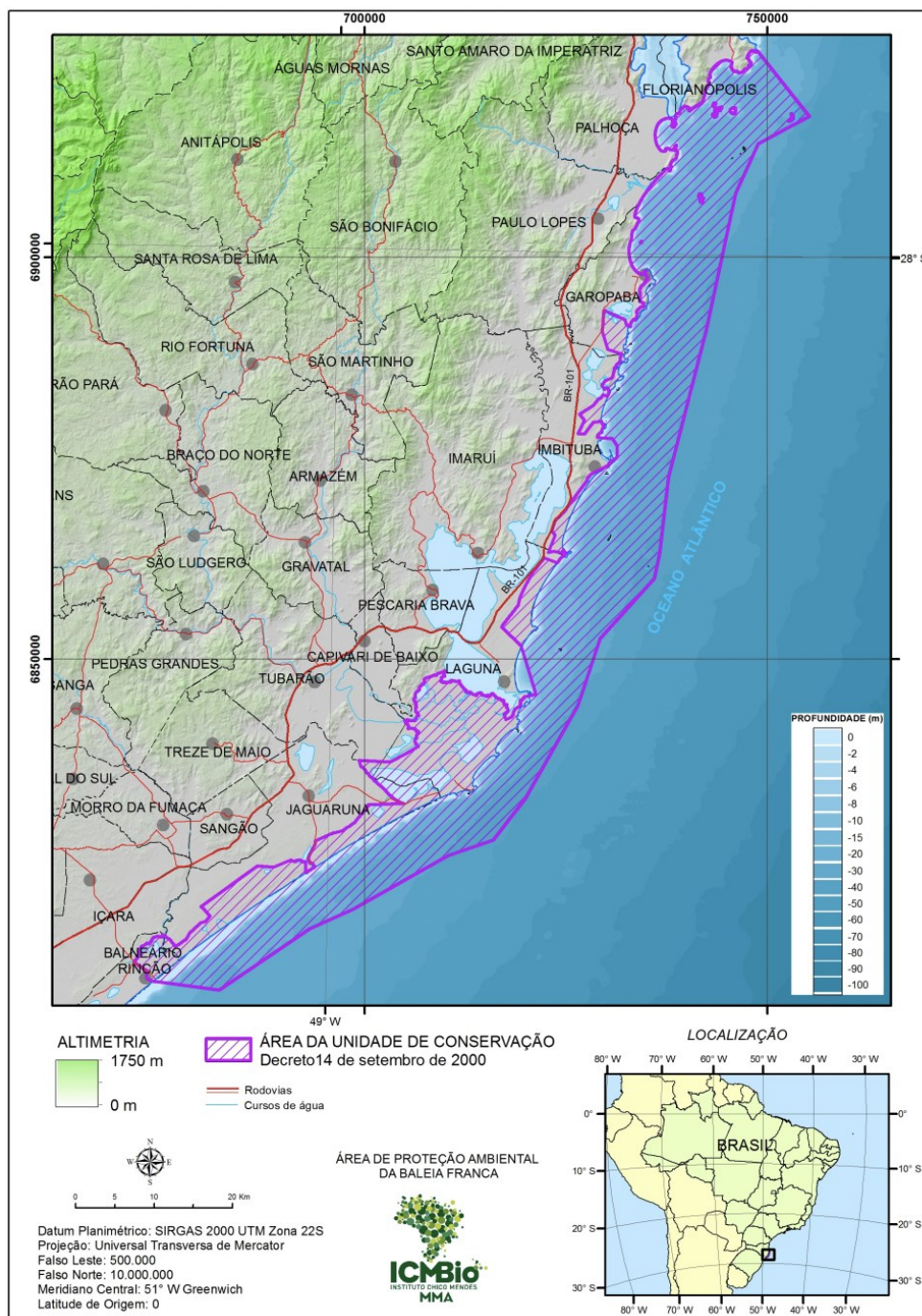
A preservação ambiental no Brasil é ordenada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) que estabelece a forma de criação, implantação e gestão das UCs no país (Brasil, 2000a). As UCs estão organizadas em dois grupos: de Proteção Integral e de Uso Sustentável. O primeiro grupo possui regras e normas restritivas, admitindo apenas o uso indireto dos recursos naturais. Já o segundo grupo concilia a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais e é constituído por sete categorias, sendo uma delas a Área de Proteção Ambiental (ICMBio, 2021).

A APA é concebida para proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos naturais do território (ICMBio, 2021). Cada APA deve ter seu conselho gestor e seu plano de manejo, principais instrumentos de relacionamento entre a UC e a sociedade (ICMBio, 2014). A APA da Baleia Franca é uma UC federal criada em 14 de setembro de 2000 para

proteger a Baleia Franca Austral em águas brasileiras, ordenar e garantir o uso racional dos recursos naturais da região, ordenar a ocupação e utilização do solo e das águas, ordenar o uso turístico e recreativo, as atividades de pesquisa e o tráfego local de embarcações e aeronaves (Brasil, 2000b p.1).

A APA da Baleia Franca é composta por 156 mil hectares e 130 km de costa marítima que abrange nove municípios, desde o sul da ilha de Florianópolis até o Balneário Rincão, envolvendo praticamente todo o litoral sul de Santa Catarina (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de limites da APA da Baleia Franca



Fonte: Plano de Manejo APA da Baleia Franca (2018)

A APA engloba 78% de ambiente marinho onde estão inseridas sete ilhas costeiras. Além da Baleia Franca, a APA abriga também diversas espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção, incluindo outras espécies migratórias como lobos, leões marinhos,

pinguins que, assim como as baleias e seus filhotes, também podem ser avistados no inverno (ICMBio, 2018b).

A paisagem da APA da Baleia Franca é de beleza exuberante formada por enseadas, campos de dunas, complexos lagunares, ilhas, morros, grande variedade de ecossistemas da Mata Atlântica bem como diversas construções tombadas pelo patrimônio histórico e sítios arqueológicos, como os sambaquis e as oficinas líticas. O território, antes habitado por povos sambaquis e indígenas, agora é ocupado por pescadores, agricultores, comerciantes e turistas (ICMBio, 2018b).

Além dos atrativos turísticos proporcionados pelo seu patrimônio natural e cultural, a APA da Baleia Franca se destaca por abranger praias com ondas de surf de classe mundial como a Guarda do Embaú que atrai anualmente milhares de turistas surfistas e integra a rede internacional *World Surfing Reserves* composta por 12 reservas mundias de surf (Bosquetti, Gungel, Ponting & Bastiani, 2017).

O território da APA da Baleia Franca é um destino turístico de grande importância para a economia local (SANTUR, 2020) e vem se tornando foco do turismo de massa na temporada de verão (ICMBio, 2018b). Um dos desafios do conselho gestor das APAs é incentivar atividades socioeconômicas sustentáveis que respeitem o patrimônio natural e cultural do território (ICMBio, 2014). Nesse contexto, o cicloturismo surge como uma atividade a ser considerada e incentivada pelos conselhos gestores das UCs e órgãos ambientais do poder público.

Na pesquisa bibliográfica foram encontrados três trabalhos que discutem o tema cicloturismo em UC no Brasil, sendo que apenas um deles trata de programa de cicloturismo realizado em UC enquanto os outros dois discutem a potencial contribuição de novas rotas de cicloturismo em áreas protegidas.

O trabalho de Moura, Cunha e Barbosa (2021) apresenta o Programa Vem Pedalar RJ criado em 2017 pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), braço executivo da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, e os resultados de uma pesquisa sobre o perfil dos cicloturistas que participam das edições de 2019 realizadas pelo INEA em oito UCs sob sua gestão.

O programa oferece percursos curtos, em média com 20 km de extensão e baixo grau de dificuldade técnica, visando a recreação e contemplação da natureza.

O trabalho de Saldanha, Souza, DeCastro, Freitas & Balassiano (2021) analisa a Rota Caminhos de Darwin, uma proposta de roteiro de cicloturismo, em fase de projeto, na região

turística Costa do Sol no Estado do Rio de Janeiro. Os autores sugerem que o projeto de cicloturismo pode ser um indutor do desenvolvimento sustentável da região e pode também contribuir para a preservação ambiental em uma rota que engloba duas UCs.

Por fim, o trabalho de Belotto, Nakamori, Filho e Vollani (2021) destaca a importância de se inserir o tema cicloturismo em UC na fase inicial do processo de elaboração dos planos de manejo. Os autores ressaltam a importância do cicloturismo para o desenvolvimento do turismo sustentável na região metropolitana de Curitiba e apresentam o caso do Parque Nacional Guaricana, UC federal criada em 2014, cujo plano de manejo está sendo elaborado de forma participativa, contando com representantes do cicloturismo para o planejamento de percursos no interior e nas margens da UC que engloba parte do território dos municípios de São José dos Pinhais, Morretes e Guaratuba, conectando a região metropolitana de Curitiba ao litoral paranaense.

Este estudo empírico visa ampliar o conhecimento sobre cicloturismo em UCs, um tema de pesquisa emergente no Brasil.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa qualitativa exploratória descritiva utilizou a metodologia do estudo de caso para investigar o fenômeno em maior profundidade e dentro do seu contexto real (Yin, 2018) tendo como unidade de análise o Programa de Cicloturismo Rota da Baleia Franca.

Os dados primários foram coletados no período de agosto de 2018 a maio de 2019 de três formas e fontes distintas: entrevistas abertas com *stakeholders* do Programa, condução de um grupo focal com cicloturistas que percorreram o roteiro e anotações de campo feitas pelo observador participante.

Foram realizadas oito entrevistas abertas com os seguintes *stakeholders*: os dois sócios-fundadores da Agência de Cicloturismo Caminhos do Sertão (SF1 e SF2), quatro proprietários de empresas parceiras no setor de hotelaria e gastronomia local (EL1 a EL4), um integrante do Instituto Australis de Pesquisa e Monitoramento Ambiental (IA), e um membro do Conselho Gestor da APA da Baleia Franca (MC). A técnica de entrevista aberta foi adotada por ser uma forma de explorar amplamente o caso, uma vez que a inexistência de um roteiro de perguntas proporciona ao entrevistado maior liberdade de discorrer sobre o tema introduzido pelo pesquisador (Arksey & Knight, 1999; Boni e Quaresma, 2005; Veal, 2011).

Para maior aproximação do campo, o pesquisador adotou a observação participante (DeWalt & DeWalt, 2002), um método indicado para estudos exploratórios e descritivos na

área de turismo (Veal, 2011; Marujo, 2012). Para tanto, o pesquisador uniu-se ao grupo de 12 cicloturistas que percorreu o roteiro do Programa de Cicloturismo Rota da Baleia Franca, organizado e guiado pela Caminhos do Sertão, no período de 07 a 09 de setembro de 2018 e teve a oportunidade de realizar um grupo focal com nove dos 12 cicloturistas (CT1 a CT9). A técnica de grupo focal foi utilizada para complementar as observações de campo e enriquecer a análise e triangulação de dados obtidos de fontes primárias e secundárias (Barbour, 2009).

Os dados secundários foram coletados de artigos de jornais de notícias e revistas comerciais do setor de turismo, textos publicitários da Caminhos do Sertão e documentos dos órgãos públicos ambientais e do Conselho Gestor da APA da Baleia Franca.

Este estudo aplicou a análise de conteúdo (Bardin, 1977) para organizar, analisar e interpretar o conteúdo dos registros das entrevistas abertas, do grupo focal, das observações de campo e os dados secundários relacionados ao tema da pesquisa. O conteúdo foi organizado em três categorias de análise do Programa de Cicloturismo Rota da Baleia Franca: “Histórico” do Programa, “Desafios” para a implementação do Programa, e “Contribuições” do Programa para a APA da Baleia Franca.

A técnica de triangulação (Denzin, 2012) foi aplicada para testar a convergência de dados primários e secundários e para aumentar a confiabilidade dos resultados do estudo de caso. A triangulação realizada na análise de conteúdo apontou forte convergência dos dados oriundos de todas as fontes pesquisadas. A complementação entre os dados primários e secundários contribuiu para a compreensão e descrição do caso estudado. Como o pesquisador também é um cicloturista, o uso da técnica da triangulação contribuiu, inclusive, para minimizar o viés do pesquisador na coleta e interpretação dos dados.

4. O PROGRAMA DE CICLOTURISMO ROTA DA BALEIA FRANCA

O Programa de Cicloturismo Rota da Baleia Franca foi inaugurado em 2007 pela agência Caminhos do Sertão e tem sido ofertado todos os anos até 2019, sendo interrompido a partir de 2020 devido a pandemia Covid-19. A Caminhos do Sertão é uma agência especializada em cicloturismo, fundada em 2004 por dois sócios em Florianópolis, com o objetivo de oferecer roteiros que promovam a identidade territorial.

Ao longo de sua história a Caminhos do Sertão desenvolveu roteiros temáticos de cicloturismo como o Circuito Acolhida na Colônia e os Roteiros Vinhos de Altitude Catarinense e Vale da Cerveja. Com o sucesso de suas operações em Santa Catarina, a Caminhos do Sertão se tornou referência nacional em cicloturismo e expandiu suas operações

para outras regiões do Brasil criando os Circuitos Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha, Lagamar na divisa dos Estados do Paraná e São Paulo e o Roteiro Chapada Diamantina no Estado da Bahia. Em 2012 a Caminhos do Sertão lançou seu primeiro Roteiro Internacional na Europa, em parceria com uma operadora da Alemanha, e a partir de 2013 passou a prestar serviços de consultoria para outros estados brasileiros (Caminhos do Sertão, 2020a).

O Programa de Cicloturismo Rota da Baleia Franca foi idealizado, planejado e implementado pelos dois sócios da Caminhos do Sertão a partir de um estudo detalhado do território e de várias reuniões com associações comunitárias, conselhos municipais de turismo e potenciais parceiros locais ao longo do percurso. Antes de traçar o roteiro, os sócios pesquisaram iniciativas locais voltadas para a educação e preservação ambiental, agroecologia, pesca artesanal, aquicultura ecológica, economia solidária e conservação do patrimônio histórico e cultural por meio de entrevistas com famílias tradicionais, museus locais, organizações não governamentais (ONGs) socioambientais, associações de pescadores e de barqueiros da região.

Os sócios da Caminhos do Sertão queriam oferecer um programa de cicloturismo pioneiro no litoral brasileiro, que promovesse a valorização do patrimônio natural e cultural da APA da Baleia Franca e que atraísse turistas para o território fora da alta temporada de verão.

Na etapa de implementação, a equipe Caminhos do Sertão testou o percurso, mediu a distância e tempo médio de pedal em cada dia do roteiro e trabalhou com os parceiros locais na customização dos serviços e atividades que seriam ofertadas ao longo do percurso. Nas palavras de um dos sócios da Caminhos do Sertão: “Antes de fazer o lançamento [do Programa de Cicloturismo] nós levamos quase um ano pesquisando, planejando e testando o roteiro e a qualidade dos serviços dos nossos parceiros” (Entrevistado SF1).

O roteiro do Programa de Cicloturismo Rota da Baleia Franca tem 165 km de distância, percorridos em cinco dias dentro da APA da Baleia Franca, com início na Sede do Instituto Australis localizado na Praia de Itapirubá, em Imbituba, e término na Praia do Campeche, em Florianópolis. Faz parte do roteiro a travessia de barco da Ponta dos Papagaios no continente para a Ponta da Caieira do Sul na Ilha de Florianópolis.

O roteiro inclui visitas aos seguintes atrativos do território: Museu da Baleia Franca, único do gênero na América do Sul que registra a história da caça e das lutas pela preservação desta espécie em extinção (Instituto Australis, 2021b); Centro Nacional de Conservação da Baleia Franca, Ecomuseu do Ribeirão, Projeto Gaia Village de Educação Ambiental, Engenho

de Farinha Três Irmãs, Sítio Encanto dos Orgânicos; Fazenda Marinha Ostradamus, uma das fazendas de cultivo de ostras do Ribeirão da Ilha em Florianópolis, considerado um exemplo nacional de aquicultura ecológica (National Geographic Brasil, 2020); e Parque Municipal da Lagoa do Peri, maior reservatório natural de água potável da costa catarinense.

Os cicloturistas pedalam por diversas praias (Figura 2), trilhas de acesso aos mirantes das baleias e morros com vista panorâmica dos complexos lagunares e da cadeia de montanhas da serra catarinense.

Figura 2 – Trecho do roteiro de cicloturismo pela Praia da Pinheira



Fonte: Acervo de imagens da Caminhos do Sertão (2018)

Além das praias e costões, os cicloturistas conhecem outros atrativos naturais localizados no interior da APA como bosques, riachos e cachoeiras (Figura 3). O roteiro prioriza as vias secundárias de baixa circulação de veículos, estradas rurais de terra e trilhas já existentes no território. Parte do roteiro passa pelos entornos do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, a maior UC de proteção integral do estado de Santa Catarina.

Figura 3 – Ponte sobre o Riacho do Poeta, Siriú, Garopaba



Fonte: Acervo de imagens da Caminhos do Sertão (2018)

A equipe da Caminhos do Sertão transporta os cicloturistas, suas bagagens e as bicicletas de Florianópolis até o início do roteiro por meio de uma van que reboca uma carreta com as bicicletas. O grupo de cicloturistas é conduzido por dois guias bilíngues especializados em cicloturismo e com treinamento em primeiros socorros e mecânica de bicicleta. O uso dos equipamentos de proteção individual como capacete, óculos e luvas é obrigatório, bem como o cumprimento das regras de segurança e orientações gerais apresentadas para o grupo de cicloturistas antes de iniciar a viagem. Ao longo do percurso, os guias cuidaram da segurança e bem-estar do grupo e forneceram dicas de utilização da bicicleta para proporcionar mais conforto e prazer ao pedalar.

A Caminhos do Sertão disponibiliza, para locação, uma frota moderna de *mountain bikes cross-country*, modelo confortável e versátil de bicicleta para uso em estradas de terra e asfalto. Dos 12 cicloturistas que percorreram o roteiro, oito alugaram as bicicletas da Caminhos do Sertão em razão da praticidade, qualidade e custo da locação.

O percurso foi realizado num ritmo contemplativo, que não exige nível avançado de habilidades e de condicionamento físico. Segundo um dos sócios da Caminhos do Sertão: “A Rota da Baleia Franca é um roteiro com baixo grau de dificuldade e tem atraído tanto os cicloturistas experientes como os ciclistas que pedalam nos fins de semana, mas que nunca fizeram uma viagem de bicicleta” (Entrevistado SF2).

No grupo focal com os cicloturistas foram observadas as seguintes motivações para a escolha deste Programa: proposta do roteiro, conveniência, conforto, segurança e socialização. “Pedalar pelas praias paradisíacas e estradinhas rurais, longe dos carros e do agito das férias de verão é tudo de bom” (Entrevistado CT1); “Eu prefiro pedalar leve e tranquilo, sem ter que lidar com mapas, reservas de hotel, alimentação e alforjes” (Entrevistado CT4); “Como cicloturista de primeira viagem, eu pedalo despreocupada sabendo que posso contar com guias experientes e uma equipe de apoio” (Entrevistada CT9); “A bicicleta aproxima as pessoas e numa viagem como esta a gente acaba fazendo novas amizades” (Entrevistada CT6).

Os sócios da Caminhos do Sertão avaliam as edições do Programa por meio de pesquisas de satisfação com os grupos de cicloturistas e de *feedback* dos parceiros locais. A agência possui uma base de dados dos cicloturistas para fins estatísticos e para a divulgação do calendário anual com as datas de realização dos seus roteiros de cicloturismo.

Com relação à demanda do Programa de Cicloturismo Rota da Baleia Franca, os sócios da agência Caminhos do Sertão informaram que “Uma boa parte das vagas das primeiras edições foi preenchida pelos próprios clientes da agência” (Entrevistado SF2).

Além da campanha de divulgação elaborada pela Caminhos do Sertão, outros fatores que alavancaram a demanda foram a geração de mídia espontânea em forma de reportagens publicadas por revistas comerciais especializadas em turismo e a sua inclusão no conjunto de atrativos turísticos divulgados pelos municípios do território como uma alternativa de turismo sustentável.

Para atender o crescimento da demanda, a Caminhos do Sertão foi ampliando o número de edições anuais do Programa de Cicloturismo, mantendo o limite de até 15 cicloturistas por edição e a realização sempre fora da alta temporada de verão. A partir de 2015, a Caminhos do Sertão passou a oferecer mais uma opção aos cicloturistas: o roteiro com três dias de duração e percurso de 102 km com início em Imbituba e término na Guarda do Embaú.

Nos 12 anos de operação contínua do Programa de Cicloturismo Rota da Baleia Franca, a equipe Caminhos do Sertão conduziu 823 cicloturistas de várias regiões do Brasil, incluindo alguns do exterior.

5. CICLOTURISMO EM UC: OPORTUNIDADES, DESAFIOS E CONTRIBUÇÕES PARA O TERRITÓRIO.

Os resultados da pesquisa corroboram com a discussão sobre a potencial contribuição do cicloturismo para o desenvolvimento territorial e conservação ambiental das UCs.

Do ponto de vista socioeconômico, o Programa de Cicloturismo atrai turistas e gera receita para os pequenos negócios nos setores de hospedagem, alimentação e artesanato na baixa estação. O incremento de receita fora da alta temporada é fundamental para a sobrevivência dos pequenos negócios em destinos com elevada sazonalidade turística (Cannas, 2012), como é o caso da APA da Baleia Franca, que tem sua alta temporada concentrada no período entre o ano novo e o carnaval. O Programa de Cicloturismo Rota da Baleia Franca tem, portanto, ajudado os parceiros locais na superação dos desafios da sazonalidade do turismo de veraneio.

Além disso, o grupo de cicloturistas percorre os 165km do roteiro em cinco dias, num ritmo que proporciona maior interação com a comunidade local e maior incremento no consumo de seus serviços e produtos, ao contrário dos turistas em veículos motorizados, ao percorrerem esta distância em um dia, visitando apenas os atrativos turísticos mais frequentados do território. Nas entrevistas abertas, os parceiros locais destacaram essa contribuição do Programa de Cicloturismo, conforme ilustra a fala de um dos entrevistados: “Nesta época do ano a gente pode dar mais atenção para os grupos de cicloturistas da Caminhos do Sertão e esse dinheiro que entra na baixa temporada é muito bem-vindo e ajuda a pagar as contas” (Entrevistado EL3).

Na literatura não foi encontrado estudo sobre a contribuição econômica do cicloturismo para o território da APA, porém, com base nos dados da pesquisa de campo sobre o número de cicloturistas que já realizaram a Rota da Baleia Franca com a agência Caminhos do Sertão, o valor atual do pacote de cicloturismo já descontado o percentual do faturamento que fica para a agência, pode-se estimar que o Programa de Cicloturismo contribuiu com mais de R\$3 milhões para a economia local. Este valor não inclui a receita gerada por cicloturistas que fizeram o percurso ou parte dele, de forma independente, bem como aqueles que utilizaram serviços de outras agências de viagem. Portanto, os resultados empíricos deste estudo de caso corroboram com as discussões sobre o potencial do cicloturismo como um propulsor do desenvolvimento territorial (Kline, 2017; Gazzola et al., 2018; Castro, 2018; Moscarelli, 2019; Han et al., 2020; Saldanha et al., 2021) e confirma a

hipótese de Saldanha et al., (2021) de que o cicloturismo também pode contribuir para a redução dos efeitos da alta sazonalidade da demanda turística que ocorre na região litorânea.

Sob a perspectiva ambiental, o Programa de Cicloturismo tem contribuído para a promoção da imagem institucional da APA da Baleia Franca, posicionando o território como um destino que oferece uma alternativa de turismo sustentável e diferenciado do turismo de massa que ocorre na alta temporada de verão. Em seu pioneirismo no litoral Brasileiro, o Programa de Cicloturismo tem gerado mídia espontânea em veículos de comunicação especializados em turismo, no Brasil e no exterior, como a *Cycle Tours Global Magazine* (2015), Revista Viaje Mais (2016), Turismo de Experiência (2017), Revista Bicicleta (2020) e UOL: Nossa Viagem (2020). O Programa de Cicloturismo passou a fazer parte da campanha publicitária permanente “Venha Descobrir Santa Catarina” promovida pela Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina (SANTUR, 2021) e passou a integrar o portfólio de atrativos turísticos divulgados pelas secretarias de turismo dos municípios que fazem parte da APA da Baleia Franca.

Ao inserir no roteiro de cicloturismo museus locais e visitas de campo e rodas de conversas com membros da comunidade local (Figura 4), o Programa de Cicloturismo tem contribuído para a divulgação e a valorização de iniciativas sustentáveis desenvolvidas no território como agroecologia, pesca artesanal, aquicultura ecológica e projetos de educação e conservação ambiental. Um dos cicloturistas expressa o reconhecimento desse diferencial do Programa de Cicloturismo Rota da Baleia Franca: “Além de pedalar por paisagens deslumbrantes, a gente faz uma verdadeira imersão cultural e conhece iniciativas ecológicas incríveis, que a gente nem imaginava existir na região” (Entrevistado CT5).

Ainda do ponto de vista ambiental, o Programa de Cicloturismo tem contribuído para a valorização do patrimônio natural e cultural, tanto pelos cicloturistas como pela própria comunidade local, que passou a receber um perfil diferente de turistas com maior interesse na sua história e tradições. Um dos parceiros locais destacou que “Os turistas da Caminhos do Sertão valorizam muito a natureza, o nosso trabalho e a nossa história, e isso faz a gente valorizar ainda mais o paraíso em que a gente vive” (Entrevistado EL4).

Figura 4 –Roda de conversa com produtor rural sobre agroecologia



Fonte: Acervo de imagens da Caminhos do Sertão (2018)

A promoção do turismo de observação de baleias por terra foi apontada como uma forma de contribuição do Programa de Cicloturismo para a educação e conservação ambiental. Segundo o integrante do Instituto Australis, coordenador das visitas ao Centro Nacional de Conservação da Baleia Franca: “A Caminhos do Sertão, é uma parceira de longa data no movimento de conservação da Baleia Franca” (Entrevistado IA).

Para os sócios da Caminhos do Sertão esta alternativa é mais sustentável do que o turismo de observação de baleia embarcada (TOBE), que utiliza embarcações (barcos motorizados) para transportar os turistas até o habitat natural das baleias e seus filhotes: “A observação das baleias por terra está mais alinhada com a nossa proposta de turismo sustentável e serve também de exemplo para a comunidade local” (Entrevistado SF2).

Os cicloturistas também compartilham com a proposta da Caminhos do Sertão: “Pegar num barco e se aproximar das baleias não tem nada a ver com a filosofia do cicloturismo, com o respeito à natureza” (Entrevistado CT8). “A expectativa de pedalar pelas praias e mirantes para avistar as baleias, sem invadir seu espaço, deixa a viagem mais emocionante e mais ecológica” (Entrevistado CT2).

A Figura 5 apresenta a Ponta das Campanhas, um dos vários mirantes naturais para observação das baleias, localizada entre as Praias da Armação e do Matadeiro, assim denominada pelos pescadores por ter sido o local da ilha onde as baleias eram esquartejadas (Jornal ND+, 2020).

Figura 5 – Mirante das Baleias na Ponta das Campanhas, Florianópolis



Fonte: Acervo de imagens da Caminhos do Sertão (2018)

A sustentabilidade do TOBE é questionada por diferentes áreas do conhecimento, como o biodireito (Medeiros & Albuquerque, 2015), a geografia humana (Pontalti, 2018) e o turismo sustentável (Orams, 2000), e tem sido um tema polêmico em Santa Catarina. A atividade, que vinha sendo realizado desde 1999 no sul do estado, foi interrompida na APA da Baleia Franca em 2012, por determinação judicial, e foi liberada em 2019 após a criação de regras para a sua realização e de planos de fiscalização, monitoramento e avaliação do impacto desta atividade nas baleias e seus filhotes (ICMBio, 2019).

O Instituto Australis, organização que realiza o monitoramento aéreo e terrestre das baleias, tem alertado sobre as recentes oscilações da quantidade e do tempo de permanência desses mamíferos na APA da Baleia Franca e ressalta a importância dos cuidados necessários na realização do TOBE para a conservação das baleias e seus filhotes (Instituto Australis, 2021c). Para incentivar o turismo de observação de baleias por terra, o Instituto Australis divulga, em seu *website*, o mapa “Baleia à Vista” que é atualizado, quase em tempo real, com os locais onde as baleias podem ser avistadas por terra (Instituto Australis, 2021d). A Figura 6 apresenta uma imagem de uma Baleia Franca com seu filhote feita do Mirante das Baleias na Praia da Gamboa.

Figura 6 – Baleia Franca e filhote na Praia da Gamboa, Garopaba



Fonte: Acervo de imagens da Caminhos do Sertão (2018)

Com relação ao alinhamento do Programa de Cicloturismo com o Plano de Manejo da APA da Baleia Franca, os resultados deste estudo de caso revelam que o Programa contribui diretamente para o alcance de cinco dos 12 Objetivos Estratégicos do Plano de Manejo: 1) “promover a conservação da Baleia Franca e do seu habitat, bem como o reconhecimento da espécie como valor identitário do território”; 3) “promover a conservação e a valorização do patrimônio natural da Mata Atlântica e ecossistema marinho-costeiro”; 6) “reconhecer e incentivar atividades socioeconômicas sustentáveis que respeitem o patrimônio natural e cultural do território”; 11) “valorizar atividades que incentivem a conservação da natureza”; e 12) “incentivar o turismo voltado à valorização e conservação do patrimônio natural e cultural” (ICMBio, 2018b, p. 53-54).

Na entrevista aberta, o membro do Conselho Gestor da APA da Baleia Franca observou que: “Essa iniciativa empresarial [Programa de Cicloturismo] é um exemplo de atividade turística compatível com o Plano de Manejo da APA e demonstra o potencial do território para o turismo sustentável” (Entrevistado MC).

Vale destacar que o Programa de Cicloturismo foi agraciado com o Selo de Boas Práticas Socioambientais concedido pelo Conselho Gestor da APA da Baleia Franca/ICMBio e apresentado no I Seminário Faróis de Boas Práticas Socioambientais do Território da APA da Baleia Franca, evento organizado pelo seu Conselho Gestor para reconhecer e incentivar iniciativas que contribuam para a implantação do Plano de Manejo da APA (CONAPA da Baleia Franca, 2021b).

Os resultados deste estudo de caso apontam que o Programa de Cicloturismo Rota da Baleia Franca contribui diretamente para três Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU (UNDP, 2021) das seguintes formas: 3 – SAÚDE E BEM-ESTAR, estimulando a prática de atividade física junto a natureza e contribuindo para a redução dos impactos negativos gerados pelo sedentarismo; 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO, contribuindo para o crescimento econômico inclusivo de pequenos negócios nas comunidades locais; e 13 – COMBATE À MUDANÇA CLIMÁTICA, oferecendo uma alternativa de turismo sustentável.

Com relação aos desafios para o desenvolvimento do Programa de Cicloturismo Rota da Baleia Franca os sócios da Caminhos do Sertão consideram que: “O maior desafio e, ao mesmo tempo, um fator determinante para o sucesso da iniciativa é conseguir formar uma rede de parceiros locais comprometidos com a nossa proposta de cicloturismo, que é bem diferente do turismo tradicional de veraneio” (Entrevistado SF1). A observação participante aponta mais três fatores importantes para o sucesso desta iniciativa: o capital territorial (Moscarelli, 2019) de imenso valor existente na APA da Baleia Franca; a proposta de um roteiro de cicloturismo que prioriza a interação dos cicloturistas com a natureza e a cultura local; e o conjunto de habilidades gerenciais dos ‘sócios da Caminhos do Sertão envolvendo planejamento, comunicação, logística e a coordenação da rede de *stakeholders*.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo contribui para a construção do conhecimento sobre cicloturismo em UC, na medida em que adiciona à literatura os resultados de uma pesquisa exploratória descritiva do Programa de Cicloturismo Rota da Baleia Franca, um caso de sucesso com 12 anos de operação contínua em uma das principais APAs do país. Esses resultados confirmam, na prática, os pressupostos de que o cicloturismo pode contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e para a conservação ambiental do território da UC.

Dentre as contribuições do Programa de Cicloturismo Rota da Baleia Franca destacam-se: a geração de receita, na baixa temporada, para os pequenos negócios nos setores de hospedagem, alimentação e artesanato, contribuindo para a superação dos desafios da sazonalidade turística no litoral; a promoção da APA da Baleia Franca no país e no exterior, posicionando-a, inclusive, como uma referência internacional em destinos de cicloturismo no Brasil; a ampliação do portfólio de atrações turísticas divulgado pelos municípios da APA e pela Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina - SANTUR; a atração de turistas com interesse nas iniciativas locais de agroecologia, preservação e educação ambiental; e a promoção e valorização do patrimônio ambiental e cultural do território.

Os sócios da Caminhos do Sertão consideram a formação e gestão de uma rede de parceiros locais como sendo o maior desafio, e ao mesmo tempo, um fator-chave de sucesso. Considerando que essa rede é composta apenas por *stakeholders* da iniciativa privada e da sociedade civil e que a formação de redes de governança colaborativa com *stakeholders* do poder público, sociedade civil e iniciativa privada é fundamental para acelerar o desenvolvimento do turismo sustentável (Hall, 2019; Bichler & Lösch, 2019), a criação de uma estrutura de governança colaborativa envolvendo também os órgãos públicos ambientais e de turismo dos nove municípios da APA da Baleia Franca poderia alavancar ainda mais o cicloturismo no território.

Essa estrutura de governança colaborativa poderia ser coordenada por um consórcio intermunicipal, como ocorre com os circuitos de cicloturismo Vale Europeu (CIMVI, 2021) e Circuito das Araucárias (CIM Quiriri, 2021), ou pela comunidade local, como é o caso do Circuito de Cicloturismo Acolhida na Colônia, coordenado pela Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, fundada pelos agricultores de Santa Rosa de Lima (Acolhida na Colônia, 2021). Este último circuito foi idealizado e implementado em 2009 pelos dois sócios da Caminhos do Sertão em parceria com a associação de agricultores e continua fazendo parte do portfólio de roteiros oferecidos pela agência (Caminhos do Sertão, 2020c).

Considerando que os quatro programas de cicloturismo estão localizados em Santa Catarina, a estruturação de uma instância estadual de governança colaborativa envolvendo esses programas poderia acelerar o desenvolvimento da atividade turística no Estado. Essa rede estadual de governança poderia criar um roteiro oficial de cicloturismo catarinense de longa distância, uma vez que a soma da extensão desses quatro roteiros e das rotas de conexão entre eles resultaria em um roteiro de mais de 2.000km de extensão com percurso entre praias, vales e montanhas da serra catarinense. Tal iniciativa poderia ser o primeiro passo para a

criação de uma rota nacional oficial de cicloturismo de longa distância, algo como a rede EuroVelo que conecta todos os países do continente europeu e várias UCs (EuroVelo, 2020).

A crescente demanda por cicloturismo em áreas naturais, evidenciada nesta pesquisa qualitativa e o incentivo dos órgãos públicos ambientais para a prática desta atividade turística em UCs sinalizam um cenário promissor para o desenvolvimento do cicloturismo em áreas protegidas. No entanto, Moura et al. (2021), funcionários do INEA e organizadores do Programa Vem Pedalar RJ, ressaltam que tanto as Unidades de Proteção Integral como as Unidades de Uso Sustentável estão submetidas a restrições ou mesmo à proibição do uso da bicicleta no interior de seus territórios.

Moura et al. (2021) destacam que, nas UCs que permitem o uso da bicicleta, as propostas de desenvolvimento do cicloturismo devem estar alinhadas com os planos de manejo e as diretrizes para uso do território de forma sustentável (Moura et al. (2021). No entanto, o Painel Dinâmico de UCs do Brasil informa que apenas 13% das UCs federais e 21% das UCs estaduais possuem seu plano de manejo (MMA, 2021).

Com relação às diretrizes para o uso público de UC, o Ministério do Meio Ambiente adota o termo “ciclismo” (MMA, 2006, p. 36) para se referir ao uso de bicicleta em UC sem considerar as diferenças na forma de utilização do território pelas modalidades de cicloturismo e de *mountain bike*.

Apesar de utilizar as vias já existentes nas UCs em um ritmo contemplativo, alinhado com a filosofia do *slow tourism*, o cicloturismo está sujeito as mesmas restrições impostas pelo *mountain bike*, que exige a construção de trilhas técnicas com obstáculos, curvas, rampas para saltos e descidas íngremes no meio de florestas e terrenos acidentados. Um fator que deve ter contribuído para essa generalização é a carência de estudos que avaliam o impacto ambiental das diferentes modalidades de ciclismo em UCs.

Embora as recentes Leis estaduais de incentivo ao uso da bicicleta em UCs do Rio de Janeiro (2019) e do Distrito Federal (2019) sinalizem o apoio do poder público, essas são iniciativas isoladas e sem o suporte de uma Lei federal. Além do mais, essas Leis estaduais são fundamentadas nas diretrizes genéricas do MMA. Assim, a criação de um grupo de trabalho de âmbito nacional com a missão de atualizar as diretrizes do MMA e propor um projeto de lei federal de incentivo ao uso da bicicleta em UCs poderia alavancar significativamente o cicloturismo em UCs no Brasil. Para tanto, o grupo de trabalho precisaria ter representantes do poder público, da academia, da iniciativa privada e das organizações da

sociedade civil promotoras das modalidades de ciclismo, especialmente o cicloturismo e o *mountain bike*.

Outrossim, considerando que o desenvolvimento do cicloturismo é fortemente influenciado pela ciclomobilidade urbana (Teixeira, Edra & Sá (2019), o apoio e participação de representantes do cicloturismo nos grupos de trabalhos voltados para o incentivo ao uso da bicicleta nas cidades é fundamental para fortalecer as iniciativas de promoção do cicloturismo urbano e em áreas naturais, como as UCs.

Para futuras pesquisas, este trabalho sugere estudos que avaliem o impacto ambiental das diferentes modalidades de uso da bicicleta em UC, especialmente o cicloturismo e o *mountain bike*, cujos resultados poderão, inclusive, subsidiar revisão das diretrizes do MMA.

Estudos de casos múltiplos dos circuitos de cicloturismo de Santa Catarina podem proporcionar análises comparativas das suas contribuições socioeconômicas para os territórios, bem como a compilação de um conjunto de boas práticas de gestão de redes de governança colaborativa de programas de cicloturismo.

Ainda, pesquisas avaliando os impactos da pandemia COVID-19 no segmento de cicloturismo e a sua retomada pós-pandemia são de grande valia para subsidiar estratégias para o desenvolvimento do cicloturismo no país.

Considerando que o cicloturismo e o ecoturismo compartilham da filosofia *slow tourism* (Dickinson & Lumsdon, 2010) e que o ecoturismo contribui para a educação ambiental e valorização das UCs (Rangel & Sinay, 2019), estudos comparativos de casos de sucesso em ecoturismo podem trazer *insights* para promover o cicloturismo em UCs.

Estudos sobre a sinergia entre cicloturismo e ecoturismo podem fundamentar iniciativas de cooperação e alavancagem mútua destes dois segmentos de turismo sustentável, que tem desafiado o modelo dominante de turismo de massa. Um exemplo deste tipo de iniciativa é o projeto transnacional *Eco-Cicle*, financiado pela Comunidade Europeia, que visa promover a bicicleta como meio de transporte oficial nas viagens para os destinos de ecoturismo na Europa (InterReg Europe, 2020).

Por fim, os resultados deste estudo de caso apontam que a oferta de roteiros de cicloturismo em UCs tem o potencial de alavancar três movimentos relevantes para a sociedade: o uso da bicicleta, o uso público de UCs e o desenvolvimento do turismo sustentável.

REFERÊNCIAS

- Acolhida na Colônia (2021). Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia: Cicloturismo. Recuperado de <https://acolhida.com.br/cicloturismo/>.
- Agustin S. & Heredina F. (2014) Alternative tourism. In: J. Jafari & H. Xiao (eds) *Encyclopedia of Tourism*. Springer, Cham. P. 27-30.
- Arksey, H. & Knight, P. (1999). *Interviewing for Social Scientists*. Sage, London.
- Barbour, R. (2009). Grupos focais. Porto Alegre: Artmed.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70.
- Belotto, J. C. A.; Nakamori, S. Filho, M. R.; & Vollani, A. C. (2021). O incremento ao cicloturismo no município de São José dos Pinhais com a implantação do Parque Nacional Guaricana. In: Saldanha, L.; Souza, H. A. S.; DeCastro, J.; Balassiano, R. (Orgs.) III Encontro para o Desenvolvimento do Cicloturismo: Governança para Desenvolvimento Regional. Rio de Janeiro: COPPE – UFRJ.
- Beni, M. C. (2004). Turismo: da economia de serviços à economia da experiência. *Turismo - Visão e Ação*, vol. 6, n. 3, p. 295-305.
- Bichler, B. F., & Lösch, M. (2019). Collaborative governance in tourism: Empirical insights into a community-oriented destination. *Sustainability*, 11(23), 1–19. Recuperado de <https://doi.org/10.3390/su11236673>.
- Boni, V. & Quaresma, S. (2005). Aprendendo a Entrevistar: Como fazer entrevistas em ciências sociais. *EmTese Revista Eletrônica de Sociologia Política UFSC*, 2(1), pp. 68-80.
- Bosquetti, M. A., Gungel, M., Ponting, J. & Bastiani, M. (2017). World Surfing Reserve Guarda do Embaú Brazil: challenges and opportunities for a developing country. *Proceedings of the 2017 International Surfing Symposium*, Gold Coast, Australia. Recuperado de <https://sands.ufsc.br/files/2019/03/Proceedings-of-the-2017-ISS-Gold-Coast.pdf>.
- Brasil (2020a). *Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000*. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm.
- Brasil (2020b). *Decreto Federal s/nº de 14 de setembro de 2000*. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2000/dnn9027.htm.
- Brasil (2007). *Lei n.º 11.516 de 26 de agosto de 2007*. Criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11516.htm.
- Byrd, E. (2007). "Stakeholders in sustainable tourism development and their roles: applying stakeholder theory to sustainable tourism development", *Tourism Review*, 62 (2), 6-13.

Cairns, S., Behrendt, F., Raffo, D., Beaumont, C. & Kiefer, C. (2017). Electrically-assisted bikes: Potential impacts on travel behavior, *Transportation Research*, Vol 103, P.327-342.

Caminhos do Sertão (2020a). *Nossa História*. Recuperado de <https://caminhosdosertao.com.br/historia>.

Caminhos do Sertão (2020b). *Destino: Rota da Baleia Franca*. Recuperado de <https://caminhosdosertao.com.br/destinos/rota-da-baleia-franca/rota-baleia-franca-travessia-completa/>.

Caminhos do Sertão (2020c). *Destino: Acolhida da Colônia*. Recuperado de <https://caminhosdosertao.com.br/destinos/acolhida-na-colonia/encostas-da-serra-banho-termal/>.

Cannas, R. (2012). An Overview of Tourism Seasonality: Key Concepts and Policies. *Almatourism - Journal of Tourism, Culture and Territorial Development*, 3(5), 40–58. <https://doi.org/10.6092/issn.2036-5195/3120>.

Castro, J. (2018). Potencial Econômico da Bicicleta. In *II Encontro para o Desenvolvimento do Cicloturismo*. Rio de Janeiro, 12 e 13 de novembro. Recuperado de <http://bit.ly/iiedesc>.

Chen, C. & Huang, C. (2021). Investigating the effects of a shared bike system for tourism use on the tourist experience and its consequences, *Current Issues in Tourism*, 24:1, 134-148.

CIM Quiriri (2021). Consórcio Intermunicipal Quiriri: Circuito das Araucárias. Recuperado de <https://www.quiriri.com.br/inicial>.

CIMVI (2021). Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí: linha do tempo. Recuperado de <https://cimvi.sc.gov.br/o-cimvi/>.

CONAPA da Baleia Franca. (2021a). *Mapa da APA da Baleia Franca*. Conselho Gestor da APA da Baleia Franca. Recuperado de <https://conapabaleiafranca.wordpress.com/sobre/>

CONAPA da Baleia Franca (2021b). Boas Práticas do Território alinhadas com o Plano de Manejo da Unidade de Conservação: Painel Turismo Sustentável em UCs. *I Seminário Faróis de Boas Práticas do Território da APA da Baleia Franca (virtual)*, 07.12.2021. Florianópolis: Conselho Gestor da APA da Baleia Franca. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=LZD3Sk9ogr0>.

Cycle Tours Global Magazine (2015). *Santa Catarina Right Whale Route*. Recuperado de <https://www.cycletoursglobal.com/tour/caminhos-do-sertao-cicloturismo/right-whale-route>.

Denzin N. K. (2012). Triangulation 2.0. *Journal of Mixed Methods Research*, 6(2): 80-88.

DeWalt, K.M. & DeWalt, B.R. (2002). *Participant observation: a guide for fieldworkers*. Walnut Creek, CA: AltaMira Press.

Dickinson, J., Lumsdon, L. & Robbins, D. (2011). Slow travel: Issues for tourism and climate change. *Journal of Sustainable Tourism*. 19. 281-300.

Dickinson, J.E. & Lumsdon, L.M. (2010). *Slow travel and tourism*. London: Earthscan.

- Distrito Federal (2019). Lei n.º 6.400 de 22 de outubro de 2019. Cria o Programa Distrital de Incentivo ao Ciclismo nas unidades de conservação do Distrito Federal. Recuperado de http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/bcd946c05532450e9463f57011d4ff54/Lei_6400_22_10_2019.html.
- Dodds R. & Butler, R. (2019) *Overtourism: issues, reality, and solutions*. Berlin: De Gruyter.
- ECF (2018). European Cyclists' Federation: *The Benefits of Cycling*. Recuperado de <https://ecf.com/sites/ecf.com/files/TheBenefitsOfCycling2018.pdf>.
- EuroVelo (2021). *Can cycling tourism in natural areas help in biodiversity recovery?*, Recuperado de https://en.eurovelo.com/news/2021-06-25_can-cycling-tourism-in-natural-areas-help-in-biodiversity-recovery-.
- EuroVelo (2020). *Discover Europe by Bike*. Recuperado de <https://en.eurovelo.com/about-us>.
- Falbo, L.; Edra, F. P. M.; Teixeira, C. (2019). Cicloturismo, potencial adormecido em Niterói. *Revista de Turismo Contemporâneo*, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 321–340. Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/18039>.
- Gazzola, P., Pavioni, E., Grechi, D., & Ossola, P. (2018). Cycle Tourism as a Driver for the Sustainable Development of Little-Known or Remote Territories, *Sustainability*, 10, 1863. Recuperado de <https://www.mdpi.com/2071-1050/10/6/1863>.
- Goodwin, H. (2016). *Responsible Tourism*, 2nd edition. Oxford: Goodfellow Publishers.
- Hall, C. M. (2019). Constructing sustainable tourism development: The 2030 agenda and the managerial ecology of sustainable tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 27(7), 1044–1060. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/09669582.2018.1560456>.
- Han, H., Lho, L., Al-Ansi, A. & Yu, J. (2020). Cycling tourism: a perspective article, *Tourism Review*, Vol. 75 No. 1, pp. 162-164. Recuperado de <https://doi.org/10.1108/TR-06-2019-0268>.
- ICMBio (2021). *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC*. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBio/MMA. Recuperado de <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/snuc.html>.
- ICMBio (2019). Turismo de Observação de Baleia na APA Baleia Franca na temporada 2019. Imbituba: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBio/MMA. Recuperado de <https://www.icmbio.gov.br/apabaleiafranca/destaques.html?limitstart=0>.
- ICMBio (2018a). *Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção*. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBio/MMA. Recuperado de https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/livro_vermelho_2018_voll.pdf.
- ICMBio (2018b). *Plano de Manejo: Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca*. Imbituba: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBio/MMA. Recuperado de <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/apa-da-baleia-franca>

ICMBio (2017). *8 trilhas de bike para quem ama pedalar na natureza*. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Recuperado de <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/8-trilhas-de-bike-para-quem-ama-pedalar-na-natureza>.

ICMBio (2014). *Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federal*. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBio/MMA. Recuperado de <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/guia-conselhos-2014.pdf>

Instituto Australis (2021a). *Comportamento da Baleia Franca*. Recuperado de <http://baleiafranca.org.br/a-baleia/comportamento>.

Instituto Australis (2021b). *Museu da Baleia Franca*. Recuperado de <http://baleiafranca.org.br/sobre-nos/museu-da-baleia>.

Instituto Australis (2021c). *ProFranca Projeto de Conservação da Baleia Franca Austral*. Recuperado de <http://baleiafranca.org.br/profranca/>.

Instituto Australis (2021d). *Baleia à Vista*. Recuperado de <http://baleiafranca.org.br/avistagens/>.

InterReg Europe (2020) Eco-Cicle: European network for the promotion of cycle tourism in natural areas. Recuperado de <https://projects2014-2020.interregeurope.eu/eco-cicle/>.

Jornal ND+ (2020). Turismo: Conheça a origem dos nomes de dez praias de Florianópolis. Recuperado de <https://ndmais.com.br/turismo/conheca-a-origem-dos-nomes-de-dez-praias-de-florianopolis/>.

Kline, K. (2017). How the Humble Bicycle Spurred a Modern Lifestyle Industry. *Inc Strategy*, 15 February. Recuperado de <https://www.inc.com/kenny-kline/5-trends-that-paved-the-way-for-a-bicycle-industry-renaissance.html>.

Lamont, M. (2014). Introduction: Cycling and tourism. *Tourism Review International*., 18(1/2): 1–113.

Lamont, M. (2009). Reinventing the Wheel: A Definitional Discussion of Bicycle Tourism. *Journal of Sport & Tourism*. 14. 5-23.

Maggi, E., Ossola, P., Grechi, D. & Crotti, D. (2021). Cycle Tourism as a Driver for a Sustainable Local Development. The Case of a Natural Tourist Destination in a North-Western Area of Italy, Zamparini, L. (Ed.) *Sustainable Transport and Tourism Destinations (Transport and Sustainability, Vol. 13)*, Bingley: Emerald Publishing Limited, pp. 159-178.

Marujo, N. (2012). A Observação Participante na Investigação em Turismo, *Turismo y Desarrollo Local*. Volume 5, Número 13, Diciembre. Recuperado de <https://www.eumed.net/rev/turydes/13/investigacion-turismo.html>

Medeiros, F. L. F. & Albuquerque, L. (2015). A APA da Baleia Franca e o Turismo de Observação de Baleias Embarcado (TOBE): Sustentabilidade ou Exploração Animal?, *Revista de Biodireito e Direito dos Animais*, v.1, n.2, p.30-53, Jul-Dez.

Meschik, M. (2012). Sustainable cycle tourism along the Danube Cycle Route in Austria. *Tourism Planning and Development*, 9(1), 41-56.

MMA (2021). Ministério do Meio Ambiente: Painel de Unidades de Conservação Brasileira. Recuperado de <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/sistema-nacional-de-unidades-de-conservacao-da-natureza-snuc>.

MMA (2006). Ministério do Meio Ambiente: Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/332199683_Diretrizes_para_Visitacao_em_Unidades_de_Conservacao.

Moscarelli R. (2019). Slow tourism infrastructure to enhance the value of cultural heritage in inner areas. *Il Capitale Culturale*, n. 19, 2019, pp. 237-254.

Moura, C.; Cunha, T. & Barbosa, G. (2021). Ciclismo em áreas naturais protegidas no Estado do Rio de Janeiro: um estudo do perfil dos participantes do Programa Vem Pedalar RJ. In: L. Saldanha; H. Souza; J. DeCastro & R. Balassiano (Orgs.) III Encontro para o Desenvolvimento do Cicloturismo: Governança para Desenvolvimento Regional. Rio de Janeiro: COPPE – UFRJ.

National Geographic Brasil (2020). Como as ostras produzidas em Santa Catarina podem ajudar a limpar os mares. Recuperado de <https://www.nationalgeographicbrasil.com/portfolio/2018/11/ostras-aquicultura-futuro-da-comida-sustentabilidade-florianopolis-santa-catarina>

Orams, M. B. (2000). Tourists getting close to whales, is it what whale-watching is all about?, *Tourism Management*. v.21. p.561-569.

Pontalti, M. (2018). Análise da Modalidade de Turismo de Observação de Baleias Embarcada (TOBE) realizado no sul do Brasil. XI Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro. *Anais do XI ENCOGERCO*, p. 374-377, UFSC, Florianópolis, Brasil.

Popan, C. (2020). Fast and Slow Bicycle Utopias. *Utopian Studies*, 31(1), 118-141. Recuperado de <https://doi.org/10.5325/utopianstudies.31.1.0118>.

Rangel, L. & Sinay, L. (2019). Ecoturismo como ferramenta para criação de Unidades de Conservação no estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.12, n.4, pp.563-580.

Reid, C. (2017). *Bike Boom: the unexpected resurgence of cycling*. Washington: Island Press.

Revista Bicicleta (2020). Cicloturismo Rota da Baleia Franca. São Paulo: *Revista Bicicleta*. Recuperado de <https://revistabicicleta.com/cicloturismo/rota-das-baleias/>.

Revista Viaje Mais (2016). Matéria Especial sobre Cicloturismo: Pedalar para Viajar. São Paulo: *Revista Viaje Mais*. Recuperado de <https://www.revistaviajemais.com.br/category/destinos/destinos-nacionais/cicloturismo>.

Rio de Janeiro (2019). *Lei n.º 8308 de 28 de fevereiro de 2019*. Cria o Programa Estadual de Incentivo ao Ciclismo de Montanha nos Parques Estaduais do Rio de Janeiro. Recuperado de <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/682804789/lei-8308-19-rio-de-janeiro-rj>

Saldanha, L.; Souza H. A. S.; DeCastro, J; Freitas, L. P. & Balassiano, R. (2021). O cicloturismo como indutor de desenvolvimento na região turística da Costa do Sol, Rio de Janeiro, Brasil. In: 9º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável. Anais do 9º Congresso PLURIS Digital 2021. Recuperado de <https://pluris2020.faac.unesp.br/Paper1195.pdf>.

Saldanha, L.; Souza, H.; DeCastro, J. & Balassiano, R. (2019). O cicloturista brasileiro 2018: uma análise socioeconômica de diferentes perfis de viajantes por bicicleta no Brasil. *Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes da ANPET*. Balneário Camboriú. Recuperado de http://www.anpet.org.br/anais/documentos/2019/Modelos%20e%20T%C3%A9cnicas%20de%20Planejamento%20de%20Transportes/Modelos%20de%20Demanda%20por%20Transportes%20II/6_688_AC.pdf.

Saldanha, L. (2017). Impactos da amostra acadêmica do I Encontro para desenvolvimento do cicloturismo no estado da arte nacional: panorama da literatura nacional. In: F. P. Edra, F. P. M., Castro, J. & Saldanha, L. (Org.). *Cicloturismo Urbano em Foco*, Niterói, 30-32. Recuperado de https://pedalufftur.blogspot.com/p/blog-page_9.html.

SANTUR (2021). *Venha Descobrir Santa Catarina: Mountain Bike e Cicloturismo*. Florianópolis: Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina SANTUR. Recuperado de <http://turismo.sc.gov.br/atividade/mountain-biking-cicloturismo>.

SANTUR (2020). *Diagnóstico Econômico e Plano de Retomada do Turismo Catarinense*, Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina SANTUR. Florianópolis: Recuperado de https://www.sc.gov.br/images/Secom_Noticias/Documentos/Diagnostico_Economico_e_Retomada_do_Turismo_SC.pdf.

Sartori, A. (2021) Perfil do ciclista e cicloturista em Santa Catarina (Brasil): aspectos socioeconômicos e suas motivações para o uso da bicicleta. *Revista Turismo em Análise*, 32(1) p. 40-58. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/177111/176768>.

Teixeira, C. A. & Edra, F. P. M. (2021). Metodologias utilizadas para pesquisas em turismo de bicicleta. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 9(2), 306-324. Recuperado de <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2021v9n2ID22142>.

Teixeira, C. A. & Edra, F. P. M. (2020). Cicloturismo: Origem e conceito da palavra a partir de Koselleck. *Turismo: Visão e Ação*, v. 22, p. 318-333. Recuperado de <https://doi.org/10.14210/rtva.v22n2.p318-333>.

Teixeira; C. A.; Edra, F. P. M. & Sá, M. C. (2019). Desenvolvimento da ciclomobilidade nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo: Influência das leis brasileiras. In: L. Saldanha; J. DeCastro & R. Balassiano (Orgs.) *II Encontro para o Desenvolvimento do Cicloturismo: Circuitos de cicloturismo e Unidades de Conservação*. Rio de Janeiro: COPPE - UFRJ. Recuperado de http://planet.com.br/wp-content/uploads/2019/08/ebook_EDESC2018_.pdf

Turismo de Experiência (2017). *Cicloturismo na Rota das Baleias*. Recuperado de <https://www.turismodeexperiencia.com.br/tour/cicloturismo-rota-das-baleias/>.

UNDP (2021) United Nations Development Program: Sustainable Development Goals. Recuperado de <https://www.undp.org/sustainable-development-goals/>.

UNWTO (2021). United Nations World Tourism Organization: *The Economic Contribution of Tourism and the Impact of COVID-19*. Recuperado de <https://www.e-unwto.org/doi/10.18111/9789284423200>.

UOL (2020). *Nossa Viagem - Pedalar na Natureza: 10 lugares incríveis para fazer cicloturismo no Brasil*. Recuperado de <https://www.uol.com.br/nossa/noticias/redacao/2020/09/01/pedalar-na-natureza-10-lugares-incriveis-para-fazer-cicloturismo-no-brasil.htm>.

Veal, A.J. (2011). *Research methods for leisure & tourism*, 4 ed, Harlow: FT Prentice Hall.

Volgger, M. & Pechlaner, H. (2015). Governing networks in tourism: What have we achieved, what is still to be done and learned?, *Tourism Review*. 2015, 70, 298–312.

Weston, R. & Mota, J. (2012). Low carbon tourism travel: Cycling, walking and trails. *Tourism Planning & Development*, 9(1), 1-3.

Yin, R. K. (2018). *Case Study Research and Applications: Design and methods*, 6 ed. London: Sage.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece aos sócios-fundadores da Caminhos do Sertão pela oportunidade de realizar o primeiro estudo de caso do Programa de Cicloturismo Rota da Baleia Franca.

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTA ARTIGO

Bosquetti, M. A. (2023). Cicloturismo em Unidades de Conservação: o Caso de Sucesso Rota da Baleia Franca (SC). *Revista de Turismo Contemporâneo*, 11(1), 48-76. <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2023v11n1ID28595>